

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE CÂNDIDO MOTA – SP

EDITAL DE 1º e 2º LEILÃO e de intimação do requerido **SANTA ROSA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS DE CÂNDIDO MOTA LTDA - ME**, inscrito no CNPJ sob nº 09.076.009/0001-50 na pessoa de seu representante legal, do credor fiduciário **BANCO BRADESCO S/A**, do interessado **VALTER ROSA DA SILVA FILHO**, inscrito no CPF sob nº 251.881.568-65, e demais interessados. A **DRA. ROSALIA BODNAR**, MMª. Juíza de Direito do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Cândido Mota - SP, na forma da lei,

FAZ SABER, aos que o presente Edital de 1º e 2º leilão de bem móvel, virem ou dele tiverem conhecimento e possa interessar, que por este Juízo processam-se os autos de **Cumprimento de Sentença** - em que **EMANOEL DE SOUZA** move em face do referido requerido – Processo nº **0000711-96.2024.8.26.0120** - em que foi designada a venda do bem descrito abaixo, de acordo com as regras expostas a seguir:

DO LEILÃO: Os lances serão captados por MEIO ELETRÔNICO, através do Portal www.legisleiloes.com.br, O 1º Leilão terá início no dia **20/10/2026 a partir das 14:05h**, e encerramento no dia **23/10/2026 às 14:05h**; não havendo lance superior ou igual ao da avaliação, seguir-se-á, sem interrupção, o 2º Leilão, que se estenderá em aberto para captação de lances e se encerrará em **13/11/2026 às 14:05h (ambos no horário de Brasília)**, sendo vendido o bem pelo maior lance ofertado, desde que não inferior a **60%** (sessenta por cento) do valor da avaliação.

CONDIÇÕES DE VENDA: O bem será vendido no estado em que se encontra. A descrição detalhada, as condições de venda do bem a ser apreendido estão disponíveis no site www.legisleiloes.com.br.

DO CONDUTOR DO LEILÃO: O leilão será conduzido pela Leiloeira, **CAMILA TIEMI SANCHES PEREIRA**, JUCESP nº 993, através da plataforma www.legisleiloes.com.br, devidamente habilitada pelo TJ/SP. Todas as regras e condições do Leilão estão disponíveis no referido Portal.

DOS DÉBITOS: Cabe a parte interessada a verificação de eventuais débitos sobre o bem. Os débitos de natureza tributária, que se adequem ao disposto no artigo 130 do CTN, de acordo com o parágrafo único deste, irão sub-rogar ao preço da arrematação.

DA RETIRADA: Correrão por conta do arrematante as despesas ou custos relativos à remoção, transporte e transferência patrimonial do(s) bem(ns) arrematado(s). Para retirar o(s) bem(ns) arrematado(s), o arrematante deverá primeiramente retirar em cartório o respectivo "Mandado de Entrega do Bem". As demais condições obedecerão ao que dispõe o Código de Processo Civil, o Provimento CSM nº 1.625, de 09 de fevereiro de 2.009, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e o caput do artigo 335, do Código Penal. Foi nomeado **fiel depositário** do bem Santa Rosa Empreendimentos Imobiliários de Cândido Mota LTDA - ME., quando da penhora.

DOS PAGAMENTOS: O arrematante deverá efetuar os pagamentos do preço do bem arrematado e da comissão de **5%** sobre o preço a título de comissão à Leiloeira, no prazo de 24 horas após o encerramento da praça através de guia de depósito judicial em favor do Juízo responsável e da Leiloeira, ambas emitidas e enviadas por e-mail. A comissão devida não está inclusa no valor do lance e não será devolvida, salvo determinação judicial.

DO PAGAMENTO PARCELADO: O interessado em oferecer **proposta** de pagamento parcelado, deverá proceder nos termos do art. 895, CPC. Ressalvando-se que nos termos do art. 895, §7º, CPC, o pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre o parcelado, ainda que mais vultoso. A apresentação de proposta não suspende o Leilão. A publicação deste edital supre eventual insucesso nas notificações pessoais e dos respectivos patronos.

DA VENDA DIRETA: Restando negativo o leilão, fica desde já autorizada a alienação direta pelo

leiloeiro, observando-se as regras gerais e específicas já fixadas para o leilão, inclusive os preços mínimos. O prazo da venda direta é de 60 (sessenta) dias, sendo fechada em ciclos de 15 (quinze) dias cada. Não havendo proposta, o novo ciclo será reaberto, até o prazo final. Qualquer proposta apresentada será trazida à análise prévia do juízo, necessariamente, e que, caso o prazo deferido para recebimento de propostas decorra sem sucesso, novas datas para leilão serão designadas, tudo em conformidade com o artigo 880 do CPC.

RELAÇÃO DO BEM: Direitos sobre um veículo marca I/Toyota, modelo Hilux CD4X4 SRV, ano de fabricação 2008, ano modelo 2009, cor preta, combustível diesel, Placa NKG9320, Renavam 00117485969.

ÔNUS: Em consulta ao sítio eletrônico que o Detran/SP e Senatran mantém na internet consta: IPVA (R\$ 27.361,09); Multas (R\$ 3.284,19); Licenciamento (Detran): Último licenciamento 2020; Multas Renainf (R\$ 2.019,89); Restrição Financeira: Consta intenção de Gravame; Restrição Judiciária: TRANSFERÊNCIA, expedida pela 1ª Vara da Comarca de Cândido Mota/SP, no proc. nº 1002169-78.2017.8.26.0120, em 08/09/2025; TRANSFERÊNCIA, expedida nestes autos, em 30/03/2026; CIRCULAÇÃO, expedida pela 1ª Vara da Comarca de Cândido Mota/SP, no proc. nº 1000119-06.2022.8.26.0120, em 27/07/2026; Licenciamento: Exercício 2020. Em consulta junto ao site da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo em 24/08/2026, foram constatados débitos no valor de R\$ 31.922,93 (trinta e um mil, novecentos e vinte e dois reais e noventa e três centavos). **Consta no Evento 73**, que o veículo foi dado em garantia de alienação fiduciária, em favor do Banco Bradesco S/A. **Consta no Evento 106**, informações da atual situação do contrato nº 420936304, em favor do mutuário Valter Rosa da Silva Filho, com o saldo devedor no valor de **R\$ 176.721,27** (cento e setenta e seis mil, setecentos e vinte e um reais e vinte e sete centavos), atualizado em 03/03/2026.

VALOR DA AVALIAÇÃO: R\$ 96.869,00 (noventa e seis mil, oitocentos e sessenta e nove reais).

Obs.: Cumpre-nos informar que não foi realizada a vistoria do veículo, portanto, não é possível atestar o real estado de conservação do referido bem. Ressaltamos ainda que a avaliação foi feita com base na Tabela FIPE.

DÉBITO EXEQUENDO: Consta no Evento 171, o débito exequendo no valor de **R\$ 76.175,00** (setenta e seis mil, cento e setenta e cinco reais), atualizado em 04/08/2026.

Se por qualquer motivo, a intimação pessoal do executado, não for realizada no endereço constante nos autos, incidirá os termos do **art. 274, parágrafo único do CPC**. Se o executado for revel e não tiver advogado constituído, não constando dos autos seu endereço atual, a intimação considerar-se-á feita por meio deste edital. Nos termos do **art. 889, inc. I e parágrafo único do CPC**, caso o(s) executado(s), cônjuges e terceiros interessados não sejam encontrados, intimados ou cientificados por qualquer razão das datas dos leilões, valerá o presente como **EDITAL DE INTIMAÇÃO DE LEILÃO**. E, para que produza seus fins efeitos de direito, será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da Lei. Cândido Mota/SP, 24 de Agosto de 2026.

DRA. ROSALIA BODNAR

MMª. Juíza de Direito do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Cândido Mota - SP